



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1 Descrição sucinta da demanda:

Segurar a frota de veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

1.2 Justificativa da Contratação:

A contratação de seguro de veículos se justifica:

- a) Considerando que os veículos circulam frequentemente em locais de trânsito intenso estão propensos a sinistros e consequentes indenizações e ressarcimentos por danos a terceiros.
- b) A contratação do seguro proporciona maior segurança no caso de eventuais responsabilidades, além de resguardar o patrimônio público da União.
- c) A contratação justifica-se pela necessidade de proporcionar segurança patrimonial à frota de veículos oficiais a serviço desse Tribunal Regional Eleitoral (frota própria).
- d) Resguardar o TRE-PA contra danos decorrentes de roubo e furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e/ou por terceiros, na ordem civil.

1.2.1 Objetivo:

Contratação de Seguro com cobertura total contra colisão, incêndio, roubo ou furto, danos causados pela natureza e assistência 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, pelo período de 12 (doze) meses, para os veículos pertencentes à frota oficial deste Tribunal.

1.3 Resultados pretendidos/benefícios

1.3.1 Benefícios

- a) Preservação da vida dos envolvidos em possíveis acidentes, sejam servidores, terceirizados ou terceiros.
- b) Preservação do bem público;

1.3.2 Resultados Pretendidos

- a) Resguarda o bem público, em caso de roubos ou acidentes.
- b) Ressarce o erário, em caso de sinistro em que ocorra perda total do bem.
- c) Proporcionar segurança patrimonial à frota de veículos oficiais a serviço desse Tribunal Regional Eleitoral (frota própria).

- d) Garante a cobertura de eventuais danos pessoais dos condutores, passageiros e terceiros.
- e) Evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados.

1.4. Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver

Foi realizada contratação recente de serviço de mesma natureza (CT 89/2024 - SEI 0000686-15.2024.6.14.8000).

Por ocasião da homologação do Pregão 54/2023 (edital 2071085). Parecer (ASDG) 955/2024 (2086860), verifica-se que, encerrada a fase de lances, o sistema revelou a participação de licitantes, que tiveram suas propostas recusadas (desclassificadas) pelo pregoeiro, tendo em vista que os valores apresentados pelas licitantes não contemplavam a franquias, somente o prêmio. Há necessidade de reforçar o TR a forma de seleção do fornecedor e critérios de aceitação da proposta.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

- a) O serviço objeto da contratação é considerado comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado. Ademais, a contratação é usual no âmbito da Administração Pública e o serviço, conforme sua descrição está disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si, de modo que permite a decisão de aquisição com base no menor preço.
- b) Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da IN SEGES/MP nº 05/2017 e da Resolução TSE nº 23.702/2022, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- c) Observa-se que o objeto a ser contratado não está cadastrado no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

☒ SIM () NÃO

Possui característica de serviço de natureza continuada, tendo em vista sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, mantendo o funcionamento das atividades finalísticas da Administração, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2.2.1. Vigência plurianual

() SIM, conforme justificativa abaixo. (X) NÃO

Verifica-se que a prática de mercado de seguros de veículos é mais padronizado para utilização de vigências anuais, considerando a volatilidade dos preços, a possibilidade de bonificações com a renovação.

2.3. Regime de Execução

- ☒ Empreitada por preço global
- () Empreitada por preço unitário

A contratação se dará pelo regime de empreitada por preço global tendo em vista que há previsão nas especificações do seguro (coberturas, tipos de franquia, valores de indenização etc.) e na quantidade de veículos da frota para as coberturas estipuladas no Termo de Referência, diminuindo chances de problemas ou discussões na fase de apresentação da proposta ou durante a execução do contrato.

2.4 Adoção da sistemática do registro de preços

2.4.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.

☐ SIM ☒ NÃO

Não cabe, no presente caso, em nenhuma hipótese do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

☐ SIM ☒ NÃO

2.5.1 Analisando as contratações anteriores, não se verifica qualquer motivação que justifique a necessidade de permissão da subcontratação parcial dos serviços, seja como meio de ampliar a disputa ou atender a condição específica do mercado. Ademais, é vedada a subcontratação da parcela principal da contratação ou das parcelas de maior relevância técnica.

2.6. Garantia de execução contratual

2.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação **dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**, pelo motivo da contratação não exigir dedicação exclusiva de mão de obra e não ter sido identificado riscos significativos na fase de execução do objeto.

2.7. Requisitos de capacitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.7.1 Não se constata a necessidade de capacitação do gestor e dos fiscais do contrato, considerando as contratações anteriores e modelagem de gestão do contrato.

2.8. Requisitos legais

2.8.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD);
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências;
- d) Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor;
- e) Instrução Normativa nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada): Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- f) Resolução nº 23.702, DE 9 DE JUNHO DE 2022: dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- g) Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital;
- h) Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo

critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

- i) Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- j) **Decreto-Lei n. 73/1966 - dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.**
- k) **Decreto n. 60.459, de 13 de março de 1967 - regulamenta o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com as modificações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 168, de 14 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967.**

2.9. Requisitos temporais

2.9.1. A apólice deverá ser emitida, *digitalmente*, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis após a assinatura do contrato.

2.9.2. O prazo de vigência da apólice é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

2.9.3. O prazo de vigência do contrato será pelo período de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, **prorrogável por até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.4. Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde o dia da assinatura do contrato, ainda que não emitida a apólice, caso em que a Contratada deverá fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.

2.10. Vistoria Técnica

(X) SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

2.10.1 A avaliação prévia dos veículos e/ou das instalações do local onde ficam estacionados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 14:00 horas, mediante prévio agendamento junto à Seção de Transporte - SETRA do TRE-PA (Sala 105) do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, situado na avenida João Diogo, n. 288, Campina, Belém – Pará, pelos contatos (91) 3346-8779/8776/8777 e/ou e-mail setra@tre-pa.jus.br.

2.10.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

2.10.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.10.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.11.1. A presente contratação incorpora critérios e práticas de sustentabilidade, em observância à legislação e normas aplicáveis, com destaque para a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.746/2012 (Critérios e Práticas de Sustentabilidade nas Contratações), a Resolução CNJ nº 594/2024 (Programa Carbono Zero), o Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE/PA e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. Os seguintes requisitos mínimos de sustentabilidade deverão ser atendidos pela contratada:

- adotar práticas como a redução do uso de papel, o uso de energias renováveis em suas operações e a implementação de políticas de neutralidade de carbono;
- Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por formato totalmente digital;
- Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões de PVC que demoram décadas para se decompor.

2.11.2. A adoção destes critérios de sustentabilidade visa não apenas à conformidade legal e à redução do impacto ambiental da frota do TRE-PA, mas também à promoção da eficiência no uso de recursos e à responsabilidade socioambiental, alinhando a atuação do Tribunal aos princípios da administração pública sustentável.

2.11.3. Durante a execução do contrato, a contratada deverá adotar práticas que busquem o equilíbrio entre sustentabilidade, economicidade e qualidade do serviço, considerando uma perspectiva de longo prazo e a eficácia no atendimento às necessidades do TRE-PA.

2.12. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação.

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

a) No âmbito da discricionariedade conferida ao gestor, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a Equipe de Planejamento recomenda a não participação de empresas organizadas em consórcio, por entender que *há quantidade razoável de empresas que atuam no mercado de forma independente*, em razão da *baixa complexidade do objeto* a ser fornecido, bem como do *maior risco de fiscalização e gestão contratual*.

2.13. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação.

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

a) Não há vedação a participação de sociedades cooperativas, desde que cumpridos os requisitos do art. 16 da Lei n. 14.133/21.

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de Pessoa física

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.14. Há vedação à participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física. Ademais, o art. 24 do Decreto Lei nº 73/1966 dispõe que "apenas Sociedades Anônimas e Cooperativas, devidamente autorizadas" poderão operar seguros privados".

2.15. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.15.1. De acordo com o art. 3º, §4º, VIII da LC 123/2006, a empresas de seguro privado não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal.

2.16. Requisitos de Habilitação

2.16.1. Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro no ramo patrimonial, conforme estipulado no art. 36º do Decreto-Lei nº 73/1966.

2.17. Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

2.17.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento.

2.17.2. A sua utilização é apropriada para serviços em que a *qualidade é elemento essencial do objeto*, sem o qual o serviço, mesmo que prestado na sua totalidade, não se mostra adequado. Assim, a regra é que quaisquer serviços devem ser prestados na quantidade, tempo e modo previstos no edital, entretanto, há algumas espécies de objeto em que além desses requisitos, a qualidade deve ser aferida para que seja considerada a execução na sua plenitude, não bastando que simplesmente o serviço seja concluído pelo contratado.

2.17.3 Contudo, é imprescindível que a natureza dos serviços a serem contratados possibilite a aferição da qualidade em que será prestado, cuja escolha de atividades (preferencialmente mais relevantes) e indicadores mínimos de desempenho devem ser previamente delineados para que o contratado tenha ciência e cautela na execução, pois a utilização do IMR, ou outro instrumento substituto, permitirá ao gestor glosar o pagamento de serviços não prestados ou prestados em desconformidade com o previsto no edital e anexos.

2.17.4. Portanto, para correta aplicação do instrumento, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, conseqüentemente, o montante devido em pagamento.

2.17.5. No caso, a contratação em questão não requer uma medição de produtividade e qualidade no sentido estrito, uma vez que as rotinas de execução do serviço de seguro de veículos são objetivas e estão claramente definidas neste estudo, no Termo de Referência (TR) e no contrato. Eventuais descumprimentos injustificados dessas obrigações já estão contemplados com a estipulação de sanções, o que garante a responsabilização do contratado em caso de inexecução ou mau desempenho.

2.17.6. Nesse contexto, não se mostra razoável a adoção do IMR ou instrumento equivalente apenas para medir o cumprimento de obrigações contratuais gerais que não estão diretamente relacionadas à produtividade/qualidade do serviço. A introdução do IMR poderia resultar em uma complexidade desnecessária no processo de contratação, adicionando etapas de medição que não agregam valor significativo à gestão do contrato.

2.17.7. Ademais, não foram identificados parâmetros específicos que possam ser utilizados para medir a qualidade do serviço. A ausência desses critérios tornaria a aplicação do IMR inadequada e subjetiva.

2.18. Transição contratual

2.18.1. Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas.

2.19. Considerações sobre a participação de corretora de seguros

2.19.1 Não será permitida a apresentação de proposta por meio de corretora de seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122 do Decreto-Lei 73/1996 e Acórdão TCU 600/2015.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1 IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

3.1.1. A contratação de seguro se dá por meio de apólices (contratos de seguro), as quais contêm um conjunto de cláusulas contratuais, que estabelecem as obrigações e direitos do Segurado e do Segurador.

3.1.2. As principais características para a definição da solução de contratação de seguro de veículos automotores envolvem uma série de elementos técnicos, operacionais e regulatórios essenciais para

garantir cobertura eficiente e conforme as normas do setor. Destacam-se:

- **Coberturas adequadas:** A escolha entre cobertura completa (colisão, roubo/furto, incêndio, danos naturais, terceiros) ou parcial (normalmente roubo/furto) deve estar alinhada com o perfil de uso do veículo e as necessidades do contratante. Para frotas públicas, geralmente exige-se cobertura total, incluindo danos causados por terceiros e assistência 24h.
- **Critérios de julgamento objetivos:** Conforme as boas práticas e contratações semelhantes, o critério de julgamento deve ser o menor valor do item, correspondente ao **somatório dos valores do prêmio e da franquia**, fixando-se o valor máximo para o prêmio e para a franquia.
- **Definição do Limite Máximo de Indenização (LMI):** O valor pode ser estabelecido como valor de mercado referenciado (normalmente baseado em tabelas, como a FIPE) ou valor determinado em contrato, devendo-se adotar critérios claros e transparentes.
- **Vistoria e perfil de risco:** Seguradoras costumam exigir vistoria (exceto para veículos 0 km ou renovação automática) e informações detalhadas sobre o perfil do(s) condutor(es), local de uso, histórico de sinistros, idade e rotina, para cálculo técnico do risco e definição do valor do prêmio.
- **Atendimento às normas da SUSEP:** As apólices devem estar de acordo com as normas estipuladas pela SUSEP, principalmente a Circular SUSEP nº 639/2021, que regulamenta critérios operacionais e ofertadas do seguro auto, inclusive definindo possibilidades de coberturas adicionais e critérios de indenização.
- **Documentação obrigatória:** Apresentação do licenciamento do veículo, documentos pessoais do condutor principal, e eventual autorização para vistoria.
- **Duração do contrato:** Usualmente vale por 12 meses, podendo haver cláusulas de renovação anual.

3.1.3. Essas características visam garantir que a contratação seja transparente, vantajosa e atenda integralmente às necessidades do contratante, reduzindo riscos e eventuais disputas quanto ao alcance da cobertura do seguro em caso de sinistros.

3.1.4. Contudo, analisando o mercado, principalmente outras contratações públicas, para a contratação de serviços de seguro total de veículos para a frota oficial do Tribunal, as soluções disponíveis no mercado são:

1) Seguro Frota Tradicional com Companhias Seguradoras:

- Contratação de apólice junto a seguradoras tradicionais (como Tokio Marine, Porto Seguro, Mapfre, entre outras) que oferecem cobertura para vários veículos em uma única apólice.
- Coberturas abrangem danos ao veículo, roubo, furtos, danos a terceiros, assistência 24 horas e outros serviços especializados.
- Alta segurança jurídica, regulamentação rigorosa pela SUSEP, garantia de pagamento da indenização, fundo de reserva e transparência.

2) Proteção Veicular por Associações e Cooperativas:

- Cooperativas ou associações de proteção veicular são grupos de pessoas que contribuem com um fundo coletivo para cobrir eventuais sinistros dos seus membros.
- Tecnicamente e juridicamente, os serviços prestados por essas associações não são "seguro". O seguro é um contrato de transferência de risco, no qual a seguradora assume o risco do segurado mediante o pagamento de um prêmio. A proteção veicular opera em um modelo de **mutualismo e rateio de despesas**, onde os associados dividem entre si os custos dos sinistros que ocorrem no grupo:
 - Responsabilidade compartilhada entre membros;
 - Cobertura depende do montante disponível no fundo coletivo;
 - Governança participativa (cooperativas) ou não (associações).
- Podem oferecer custos menores, mas possuem menor previsibilidade na disponibilidade de

indenizações e riscos financeiros maiores para o usuário.

3.2 COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Inexistência de Garantia de Solvência: A principal diferença é que uma seguradora é legalmente obrigada a constituir reservas técnicas para garantir o pagamento de sinistros. As associações não possuem essa obrigação. Se ocorrerem múltiplos sinistros de alto valor em um curto período, o fundo coletivo pode ser insuficiente, e o Tribunal (como associado) poderia não receber a cobertura ou ser chamado a aportar recursos extras. Isso gera uma imprevisibilidade orçamentária e um risco ao erário incompatíveis com a gestão pública.

Natureza do Vínculo Jurídico: Ao contratar uma seguradora, o Tribunal firma um contrato administrativo de prestação de serviços. Ao aderir a uma associação, o Tribunal se tornaria um "associado", sujeito a um estatuto social. Essa natureza jurídica do vínculo é inadequada para a Administração Pública, que deve manter uma relação estritamente contratual com seus fornecedores, regida pela Lei nº 14.133/2021.

Ausência de Mecanismos de Resseguro: As seguradoras pulverizam riscos de grande vulto por meio de contratos de resseguro, o que garante sua estabilidade mesmo diante de catástrofes. As associações não contam com esse mecanismo de proteção financeira. Vantagens e Desvantagens:

Aspecto	Companhias Seguradoras	Associações e Cooperativas
Segurança jurídica	Alta , com regulamentação firme pela SUSEP	Baixa , ausência de supervisão da SUSEP e natureza jurídica de associação (não de contrato de serviço).
Garantia de indenização	Garantida. Obrigatoriedade legal de constituição de reservas técnicas e fundos garantidores.	Inexistente. Cobertura condicionada ao saldo do fundo coletivo e ao rateio entre os associados. Risco de insolvência.
Cobertura e Serviços	Ampla , com opções personalizadas	Geralmente mais restrita e com rede de assistência potencialmente menor.

Estabilidade financeira	Mais estável, apoio financeiro robusto	Variável, sujeita a riscos de inadimplência
Custo	Geralmente maior devido à estabilidade e cobertura completa	Pode ser menor, porém com maior risco e menor cobertura

As associações e cooperativas podem ser alternativas mais econômicas, porém requerem avaliação cautelosa dos riscos financeiros e operacionais, além da análise da regulamentação vigente e histórico da instituição.

Para o seguro total da frota oficial do Tribunal, as soluções disponíveis no mercado incluem principalmente seguros de frota tradicional oferecidos por companhias seguradoras regulamentadas pela SUSEP, que garantem cobertura ampla (danos, roubo, assistência 24h, etc.) e estabilidade financeira com fundo de reserva.

Após análise comparativa dos aspectos jurídicos, financeiros e operacionais de cada modelo, conclui-se que a **Solução A (Seguro Tradicional)** é a única que atende plenamente aos requisitos de segurança, eficiência e legalidade indispensáveis à Administração Pública.

A escolha é justificada por ser a única alternativa que oferece a segurança jurídica, a garantia de indenização e a previsibilidade orçamentária necessárias à proteção do patrimônio público e à boa gestão dos recursos. A solução de proteção veicular, embora legalmente existente para fins privados, acarreta riscos financeiros e operacionais considerados inaceitáveis para a Administração Pública, sendo, portanto, motivadamente descartada.

4. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A **solução 1**: Contratação de companhia seguradora ou corretora de seguros, pessoa jurídica, para prestar serviços de seguro automotivo para a frota de veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, pelo prazo de 12 (doze) meses.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. Contratação de serviços de Seguro para **a frota de veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará**, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

4.1.1. A descrição e quantidades dos veículos consta da tabela abaixo:

IT E M	VEÍCULO	QUA NTID ADE
1	P L A C A : QDS-6125 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3299919; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1
2	P L A C A : QDS-6325 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3300400; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1
3	P L A C A : QDS-6235 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301579; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1
4	P L A C A : QDN-4924 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301733; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1
5	P L A C A : QDN-4844 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303730; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1
6	P L A C A : QDN-4884 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303732; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1
7	P L A C A : QDN-4944 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303850; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1

8	PLACA: QDN-5014; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3304397; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1
9	PLACA: QDP-4525; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3306711; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	1
10	PLACA: OQS-9420; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES-BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB894226 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051644.	1
11	PLACA: OQS-9437; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES – BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB900933 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051645.	1
12	PLACA: PUJ-8B99; Marca/modelo: FORD CARGO 816 S; Chassi: 9BFVEADS7EBS71583; Tipo: Caminhão Baú (carroceria fechada); Ano/modelo: 2014 / 2014; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Preta; Combustível: Gasolina;	1
13	PLACA: QEG-0309; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT7H2137332; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX;	1
14	PLACA: QEG-0209; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT4H2136042; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX;	1

1 5	PLACA: QEZ-0F40 ; Marca/modelo: SPRINTER ; Chassi: 8AC906657HE128143 ; Tipo: VEÍCULO VAN EXECUTIVA DE 20+1 LUGARES ; Ano/modelo: 2016 / 2017 ; Passageiros: 20 pessoas ; Cor: BRANCA ; Combustível: DIESEL ;	1
--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

4.2. Especificações das Coberturas e Limites

4.2.1. Cobertura Compreensiva (Casco)

a) **Limite Máximo de Indenização:** O valor do veículo segurado corresponderá a 100% (cem por cento) do valor de mercado referenciado pela tabela FIPE.

b) **Riscos Cobertos:** A cobertura do casco deverá abranger, no mínimo, os seguintes eventos:

- b.1) Colisão, abalroamento e capotamento;
- b.2) Roubo ou furto total do veículo, bem como danos parciais decorrentes da tentativa de roubo ou furto;
- b.3) Incêndio, explosão, queda de raios e suas consequências;
- b.4) Queda em precipícios ou de pontes, e queda de agentes externos sobre o veículo;
- b.5) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- b.6) Submersão total ou parcial em água doce (enchentes, inundações);
- b.7) Danos causados por granizo, furacão e terremotos;
- b.8) Danos em acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

4.2.2. Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa (RCF-V) – Danos a Terceiros

- a) **Danos Materiais:** Limite mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por veículo/sinistro.
- b) **Danos Corporais:** Limite mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por veículo/sinistro.

4.2.3. Cobertura de Acidentes Pessoais de Passageiros (APP)

- a) **Morte Acidental:** Limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por passageiro/vítima.
- b) **Invalidez Permanente (Total ou Parcial):** Limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por passageiro/vítima.

4.2.4. Coberturas Adicionais

a) **Cobertura para Vidros, Faróis, Lanternas e Retrovisores:** Deverá haver cobertura específica para reparo ou troca destes componentes, com valor de franquia próprio e diferenciado.

4.2.5. Serviços de Assistência 24 Horas

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional, assistência 24 horas por dia, 7 dias por semana, em todo o território nacional, com os seguintes serviços mínimos:
 - a.1) **Reboque/Guincho:** Sem limite de quilometragem em caso de pane ou sinistro, com transporte até oficina autorizada pela CONTRATANTE;
 - a.2) **Chaveiro;**
 - a.3) **Transporte dos Ocupantes** em caso de imobilização, roubo ou furto do veículo.

4.3. Condições Gerais de Execução e Gerenciamento da Apólice

4.3.1. Da Apólice

- a) A empresa vencedora deverá emitir uma única apólice para todos os veículos arrematados.
- b) A apólice deverá ser emitida em até 05 (cinco) dias, a contar da data de assinatura do contrato.
- c) A via digital da apólice deverá ser entregue à Seção de Transportes do TRE-PA em até 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do contrato.
- d) A apólice deverá discriminar, de forma clara, todas as coberturas e valores contratados, incluindo:
 - d.1) Valor referenciado de 100% (cem por cento) da tabela FIPE para o Casco;
 - d.2) Limites de RCF (Danos Materiais e Corporais);
 - d.3) Limites de APP (Morte e Invalidez);
 - d.4) Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, com o valor da respectiva franquia;
 - d.5) Previsão de Assistência 24 horas.

4.3.2. Da Vistoria Prévia

- a) As empresas interessadas poderão agendar a vistoria prévia dos veículos junto à Seção de Transportes (SETRA) do TRE-PA.
- b) A não realização da vistoria prévia por parte da seguradora implica na aceitação dos veículos no estado em que se encontram, não podendo ser invocada posteriormente para negar cobertura de componentes, equipamentos ou acessórios, e desconsidera quaisquer cláusulas de avarias preexistentes.

4.3.3. Das Avarias Preexistentes

- a) Eventual avaria preexistente, identificada e registrada na vistoria, não impedirá a contratação do seguro, mas o dano específico ficará excluído da cobertura em caso de perda parcial.
- b) Avarias preexistentes não serão consideradas como fator redutor em caso de Indenização Integral do veículo.
- c) Após o reparo de uma avaria preexistente pela CONTRATANTE, o veículo poderá ser submetido a nova vistoria para que a restrição seja removida da apólice.

4.3.4. Do Aviso e Regulação de Sinistro

- a) **Aviso de Sinistro:** A CONTRATADA deverá disponibilizar central de comunicação (telefone, e-mail ou portal online) para aviso de sinistro, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- b) **Vistoria do Sinistro:** Após o aviso, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para realizar a vistoria no veículo e autorizar os reparos.
- c) **Atendimento de Reboque:** Em caso de necessidade de reboque, o atendimento deverá ocorrer em, no máximo, 04 (quatro) horas após a solicitação. Prazos superiores deverão ser formalmente justificados.
- d) **Livre Escolha de Oficina:** A escolha da oficina para reparos do veículo sinistrado será de exclusiva competência da CONTRATANTE, não cabendo à CONTRATADA impor restrições à rede credenciada.
- e) **Prazo para Comunicação:** Não será fixado prazo máximo para que a CONTRATANTE comunique o sinistro à seguradora.
- f) **Reintegração Automática:** Após um sinistro com perda parcial, a cobertura da apólice será reintegrada automaticamente, sem cobrança de prêmio adicional.

4.3.5. Da Indenização

a) **Prazo para Pagamento:** O prazo máximo para pagamento das indenizações (parciais ou integrais) será de 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso de sinistro e entrega da documentação pertinente. O descumprimento sujeitará a CONTRATADA a multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor da indenização, sem prejuízo das sanções previstas em e.

b) **Indenização Integral:** Será caracterizada quando os custos do reparo atingirem ou ultrapassarem 75% (setenta e cinco por cento) **do valor do veículo na tabela FIPE.**

c) **Despesas de Salvamento:** Todas as despesas de salvamento, bem como os danos causados na tentativa de evitar o sinistro ou minorar suas consequências, correrão por conta da CONTRATADA.

d) **Salvados:** Após o pagamento da indenização integral, o veículo salvo passa a ser de responsabilidade da seguradora.

4.3.6. Da Franquia

a) **Tipo de Franquia:** Será adotada a franquia NORMAL.

b) **Critério de classificação da proposta:** Os menores valores do **prêmio** e da **franquia** serão o parâmetro para classificação das propostas. Os valores dos prêmios e das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos na tabela do item 11.1 do TR.

b) **Cobrança:** A franquia será devida pela CONTRATANTE apenas em sinistros de perda parcial. O pagamento será feito prioritariamente à oficina ou, em caso de irregularidade fiscal desta, à seguradora.

c) **Isenção:** Não haverá cobrança de franquia nos casos de Indenização Integral, roubo, furto, danos da natureza (incêndio, raio, explosão) ou quando os danos forem exclusivamente a terceiros.

4.3.7. Dos Bônus

a) A licitante vencedora deverá considerar a classe de bônus atual de cada veículo, elevando-a em 1 (um) ponto na nova apólice, conforme o histórico informado na tabela 1 do anexo I do TR.

b) A empresa poderá diminuir a bonificação em (um) ponto, de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes na tabela 1, anexo I.

4.3.8. Do Endosso (Inclusão, Exclusão e Substituição de Veículos)

a) **Alterações na Apólice:** Inclusões, substituições, exclusões de veículos ou correções de dados serão formalizadas via endosso, a ser emitido no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação.

b) **Inclusão e Substituição:** A CONTRATADA deverá apresentar orçamento prévio para inclusão ou substituição, com base nos valores proporcionais da proposta vencedora. O valor será validado pela CONTRATANTE mediante pesquisa de mercado.

c) **Exclusão:** Em caso de exclusão de veículo, a CONTRATADA deverá restituir à CONTRATANTE o valor do prêmio referente ao período restante da vigência, calculado de forma pro rata die e pago via Guia de Recolhimento da União (GRU).

c.1) A empresa deverá calcular o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a seguinte fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT$$

Onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

c.2) O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela Seção de Transportes - SETRA à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

c.3) Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

c.4) A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, no caso de veículo da tabela 1 anexo I, devidamente quitado, à Setra, Seção de Transportes do TRE-PA

4.3.9. Do Questionário de Avaliação de Risco

a) Fica estabelecido que os veículos são conduzidos por motoristas profissionais (terceirizados), com idade média superior a 35 anos e CNH categoria D. Excepcionalmente, os veículos poderão ser conduzidos por servidores habilitados, devidamente autorizados. Quando no TRE os veículos permanecem em estacionamento fechado e privativo.

b) A quilometragem média anual é estimada em 20.000 km.

c) Devido às características peculiares do serviço, não será aplicado o questionário de perfil de risco padrão, não podendo ser causa para descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

4.4. Disposições Gerais sobre o Objeto

a) **Composição do Preço:** A proposta de preço total deverá abranger todos os custos diretos e indiretos para o cumprimento integral do objeto, incluindo o valor do prêmio, custos de apólice, tributos (com isenção de IOF, se aplicável), taxas e demais encargos.

4.5. Atendimento ao Princípio da Padronização

4.5.1. Conforme o art. 47, I, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve buscar a padronização em suas contratações para promover a eficiência, a transparência e a economia de recursos públicos.

4.5.2. No presente caso, a contratação dos **serviços de seguro total para a frota oficial do TRE-PA** segue padrões de mercado amplamente consolidados e praticados por todas as seguradoras reguladas pela SUSEP. As especificações técnicas e as cláusulas contratuais, como as coberturas de Casco, RCF, APP e as condições de franquia, são uniformes e permitem uma avaliação justa e isonômica das propostas.

4.5.3. A padronização é assegurada pela elaboração de especificações técnicas detalhadas e pela adoção de um Termo de Referência que estabelece requisitos uniformes para todos os licitantes.

4.5.4. Justifica-se a não utilização do catálogo eletrônico de padronização do PNCP, pois, até a presente data, não há item padronizado que corresponda ao serviço de seguro de frota veicular com as especificidades demandadas por este Tribunal.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. É necessário manter toda a frota de veículos do TRE em perfeitas condições de trafegabilidade e cobrir os riscos derivados de sua circulação, por seguro com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, pelo prazo de 12 (doze) meses.

5.1.1 A frota oficial é composta por **15 Veículos de Veículos de pequeno, médio e grande porte** (2

ônibus rodoviários, 1 caminhão, 01 van, 11 sedans pequenos), discriminados no quadro abaixo, inclusive sua localização:

IT E M	VEÍCUL O	AN O	COMB USTÍV EL	PLA CA	CHASSI	RENAV AM	LOCALI ZAÇÃO	ENDEREÇO
1	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS - 6125	9BD1971 6TG3299 919	0109287 317-9	104ª ZE - SANTAR ÉM	AVENIDA MENDONÇA FURTADO, n. 2039, SANTA CLARA, CEP: 68005100, SANTARÉM. Tel (93) 98414-9640. E- mail: zona104@tre-pa.jus.br
2	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS - 6325	9BD1971 6TG3300 400	0109287 733-6	EDIFÍCI O SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
3	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDS - 6235	9BD1971 6TG3301 579	0109287 547-3	20ª ZE - SANTAR ÉM	AVENIDA MENDONÇA FURTADO, n. 2039, SANTA CLARA, CEP: 68005100, SANTARÉM. Tel (91) 3346-8105 / 984098180 / E-mail: zona020@tre-pa.jus.br
4	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QD N- 4924	9BD1971 6TG3301 733	0108842 042-4	57ª ZE - SÃO JOÃO DO ARAGUA IA	AV. LUIS LOPES RIBEIRO S/N, CENTRO, CEP: 68518000, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA Tel (91) 3346-8290 / E-mail: zona057@tre-pa.jus.br
5	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QD N- 4844	9BD1971 6TG3303 730	0108841 773-3	40ª ZE - TUCURU I	AV. MICHEL DIB TACHY, S/N - 8 ÀS 13 H., NOVA MATINHA, CEP: 68459882, TUCURUÍ. Tel (91) 3346-8330 / 984073661 / E-mail: zona040@tre-pa.jus.br
6	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QD N- 4884	9BD1971 6TG3303 732	0108841 935-3	23ª ZE - MARAB Á	AV. VP-03, FOLHA 16, QUADRA 36, LOTE 10., NOVA MARABÁ, CEP: 68508970, MARABÁ. Tel (94) 3321-3631 / 98454- 1176 / E-mail: zona023@tre-pa.jus.br
7	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QD N- 4944	9BD1971 6TG3303 850	0108842 174-9	100ª ZE - MARAB Á	AV. VP-03, FOLHA 16 QUADRA 36 LOTE 10, NOVA MARABÁ, CEP: 68511210, MARABÁ. Tel (94) 3321-9359 / E-mail: zona100@tre-pa.jus.br

8	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QD N-5014	9BD1971 6TG3304 397	0108842 316-4	04ª ZE - CASTANHAL	RUA GILBERTO MENEZES, 35, CRISTO REDENTOR, CEP: 68742790, CASTANHAL. Tel (91) 3346-8146 / 98411-0441 / E-mail: zona004@tre-pa.jus.br
9	FIAT GRAN SIENA	2016	Flex	QDP - 4525	9BD1971 6TG3306 711	0109169 505-6	75ª ZE - PARAUAPEBAS	RUA D QD 37 LT 26-27, CIDADE NOVA, CEP: 68515000, PARAUAPEBAS. Tel (91) 98524-4341 / E-mail: zona075@tre-pa.jus.br
10	ÔNIBUS	2013	Diesel	OQ S-9420	9BM384 076DB89 4226	056864 3763	DEPÓSITO DE URNAS DE ANANINDEUA	Tv. We 13-B (Cidade Nova II), 148, Ananindeua - PA. E-mail: setra@tre-pa.jus.br
11	ÔNIBUS	2013	Diesel	OQ S-9437	9BM384 076DB90 0933	056867 1520	DEPÓSITO DE URNAS DE ANANINDEUA	Tv. We 13-B (Cidade Nova II), 148, Ananindeua - PA. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
12	CAMINHÃO BAÚ	2014	Diesel	PUJ - 8B99	9BFVE ADS7EB S71583	011051 20306	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
13	TOYOTA ETIOS SEDAN XLS	2017	Flex	QE G-0309	9BRB29 BT7H21 37332	011037 65393	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
14	TOYOTA ETIOS SEDAN XLS	2017	Flex	QE G-0299	9BRB29 BT4H21 36042	011037 64931	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br
15	VAN EXECUTIVA	2017	Diesel	QE Z-0F40	8AC906 657HE12 8143	011057 21091	EDIFÍCIO SEDE	Edifício Sede do TRE-PA, Rua João Diogo, nº 288, Bairro: Campina. Tel: (91) 3346-8779/8777 E-mail: setra@tre-pa.jus.br

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 225.823,85 (duzentos e vinte e cinco mil oitocentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

I T E M	VEÍCULO	PRÊMI O	FRA NQU IA	VALOR GLOBA L
1	PLACA: QDS-6125 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3299919; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,7 0	R\$ 10.017,50
2	PLACA: QDS-6325 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3300400; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,7 0	R\$ 10.017,50
3	PLACA: QDS-6235 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301579; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,7 0	R\$ 10.017,50
4	PLACA: QDN-4924 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3301733; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,7 0	R\$ 10.017,50
5	PLACA: QDN-4844 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303730; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,7 0	R\$ 10.017,50
6	PLACA: QDN-4884 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303732; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,7 0	R\$ 10.017,50
7	PLACA: QDN-4944 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3303850; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,7 0	R\$ 10.017,50

8	PLACA: QDN-5014 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3304397; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
9	PLACA: QDP-4525 ; Marca/modelo: FIAT GRAND SIENA Chassi: 9BD19716TG3306711; Tipo: Passageiro/Automóvel; Ano/modelo: 2016/2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Prata; Combustível: FLEX	R\$ 3.129,80	R\$ 6.887,70	R\$ 10.017,50
10	PLACA: OQS-9420 ; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES-BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB894226 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051644. Combustível: DIESEL	R\$ 12.560,60	R\$ 17.106,21	R\$ 29.666,81
11	PLACA: OQS-9437 ; Marca/modelo: ONIBUS RODOVIÁRIO UNIDADE MOVEL MARCA MERCEDES – BENZ – OF1724 ANO/MODELO: 2013/2013 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Chassi: 9BM384076DB900933 COM CARROCERIA MARCA COMIL MODELO CAPIONE 3.45 NUMERO: BUSRCFBUNDA051645. Combustível : DIESEL	R\$ 12.560,60	R\$ 17.106,21	R\$ 29.666,81
12	PLACA: PUJ-8B99 ; Marca/modelo: FORD CARGO 816 S; Chassi: 9BFVEADS7EBS71583; Tipo: Caminhão Baú (carroceria fechada); Ano/modelo: 2014 / 2014; Passageiros: 05 pessoas; Cor: Preta; Combustível: Gasolina;	R\$ 5.248,66	R\$ 32.121,50	R\$ 37.370,16
13	PLACA: QEG-0309 ; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT7H2137332; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX;	R\$ 3.482,01	R\$ 4.550,00	R\$ 8.032,01

1 4	PLACA: QEG-0209 ; Marca/modelo: TOYOTA ETIOS SEDAN XLS; Chassi: 9BRB29BT4H2136042; Tipo: VEÍCULO SEDAN COM 04 PORTAS; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 05 pessoas; Cor: BRANCA; Combustível: FLEX;	R\$ 3.482,01	R\$ 4.550,00	R\$ 8.032,01
1 5	PLACA: QEZ-0F40 ; Marca/modelo: SPRINTER; Chassi: 8AC906657HE128143; Tipo: VEÍCULO VAN EXECUTIVA DE 20+1 LUGARES; Ano/modelo: 2016 / 2017; Passageiros: 20 pessoas; Cor: BRANCA ; Combustível: DIESEL;	R\$ 8.868,76	R\$ 14.029,79	R\$ 22.898,55
TOTAL PRÊMIO		R\$ 65.502,08		
TOTAL FRANQUIA			R\$ 137.423,22	
VALOR GLOBAL				R\$ 225.823,85

5.1.2. O valor estimado foi obtido com base em pesquisa de preços, de acordo com as diretrizes da Instrução Normativa Seges nº 65/21, conforme metodologia e parâmetros indicados na **Informação nº 108/2025** (evento 2755719) e no mapa comparativo de preços (evento 2755713).

5.1.3. Os valores são considerados o máximo para fins de aceitabilidade da proposta, não podendo ser aceitas pelo pregoeiro(a), propostas com valores acima dos máximos previstos pela administração, **inclusive em relação ao prêmio e à franquia, conforme descrito na planilha acima.**

5.1.4. Os preços apresentados serão entendidos como neles estando incluídos os custos diretos e indiretos, tributos, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. Considerando a natureza da contratação, entende-se que é possível o parcelamento da solução, de acordo com o apresentado neste documento. Para embasar esta decisão, foram consideradas a viabilidade técnica e econômica, eventuais perdas, aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade. Assim, tendo em vista, ainda, a ausência de risco para o atingimento da economia de escala, a licitação será por por ITEM.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

- SEI 0006803-27.2021.6.14.8000 - Contrato nº 23/2022 - Prestação de serviço continuado de monitoramento e rastreamento veicular via satélite e GPS/GPRS.

-SEI 0011499-72.2022.6.14.8000 - Contrato nº 11/2023 - Contratação de empresa especializada para prestar serviços de gestão informatizada da frota de veículos do TRE-PA, bem como demais veículos

autorizados pelo tribunal, mediante a utilização de cartões eletrônico-magnéticos, com aplicação de desconto sobre o total consumido, sob o regime de empreitada por preço unitário.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

I) Portaria: PORTARIA TRE-PA nº 23423 (0002542876)

II) Anexo: anexo I (0002525248) - Item 54, constante do Processo SEI nº 0002591-55.2024.6.14.8000.

9.2. Alinhamento estratégico:

- Garantia dos Direitos de Cidadania/Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária.

9.3. A contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável no **Item 14 - Aquisições e Contratações, cujo objetivo é "ampliar a quantidade de compras sustentáveis no TRE-PA"** em 50% em relação às contratações sustentáveis realizadas por este tribunal no ano de 2022.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. A equipe de planejamento pretende alcançar benefícios diretos e indiretos que o órgão almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

10.2. Resultados Pretendidos

- a) Minimizar eventuais danos sofridos com acidentes;
- b) Eventual reparação de danos à terceiros;
- c) Preservação do bem público;

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. Não há necessidade de adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos ou de capacitação de servidores que atuarão na contratação.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Não foram identificados impactos ambientais significativos resultantes da contratação que exijam a implementação de medidas mitigadoras.

12.2. Os critérios socioambientais foram adequadamente incorporados no item 2.11 destes Estudos Técnicos Preliminares (ETP).

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

13.1. Modalidade de licitação e aos critérios de julgamento da proposta

13.1.1. Considerando a natureza comum do objeto, deverá ser adotada a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica.

13.1.1.2. A licitação deverá observar a sistemática da Empreitada por preço unitário, conforme sugerido na definição da solução.

13.1.1.3. O critério de julgamento da proposta será o **Menor Preço Global por Item**, correspondente a o **somatório dos valores do prêmio e da franquia**, conforme disposto no item 11.1 do Termo de Referência.

13.2. Divulgação do orçamento estimado.

Não há justificativa, no presente caso, para opção pelo caráter sigiloso do orçamento estimado.

13.3. Tratamento favorecido para ME/EPP

13.3.1. Considerando o valor estimado para o certame, a licitação não será exclusiva para ME/EPP, na forma do artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER SOUSA FANJAS, Coordenador**, em 01/09/2025, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WLADSON VINICIUS LOUREIRO DOS SANTOS, Chefe de Seção**, em 01/09/2025, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2787360** e o código CRC **6EC702D2**.

0008387-27.2024.6.14.8000

2787360v3